

A IMPORTÂNCIA DAS PENSÕES PRIVADAS COMO COMPLEMENTO DAS PÚBLICAS

Com as mudanças bio-demográficas, sociais e as suas consequências orçamentais que temos vindo a assistir, não só as pensões públicas têm sido alvo de reformas importantes, como também as pensões privadas, necessitam de se adaptar à nova realidade, especialmente se considerarmos que existe o sentimento ou desejo de que estas últimas sirvam de apoio à política de pensões no nosso país.

O sistema de pensões é vital na economia do país, muito mais do que um problema entre aqueles que descontam - os ativos e os pensionistas - pelo que temos que estabelecer uma relação estreita com a poupança a longo prazo e as melhores soluções técnicas para o fazer.

O problema das pensões é, em primeiro lugar, um problema técnico: como organizar os recursos durante a vida laboral para preencher as necessidades durante o período da reforma. Como em economia não existem “almoços grátis” a solução para este problema técnico deve anteceder qualquer intenção de solução política para financiar as pensões.

Os sistemas de pensões podem ter dois objetivos diferentes. O primeiro, recorrendo às palavras de William Beveridge quando, em 1942, concebeu o atual sistema público inglês de pensões que traduzo “garantir os mínimos vitais abaixo dos quais não se deve permitir que ninguém desça”. O segundo, pode definir-se como a minimização da perda de poder de compra daqueles que passam à reforma, mas também se pode definir como a forma de evitar o progressivo empobrecimento dos segmentos passivos da população em relação aos ativos. Os défices orçamentais que os sistemas públicos têm pela frente fazem com que estes objetivos entrem em conflito e, muitas vezes, sem qualquer solução à vista.

As tendências demográficas representam uma grande ameaça para os sistemas de pensões públicas mas, simultaneamente, um grande desafio para as privadas. A diminuição do número de trabalhadores em relação ao número de pensionistas pressiona para baixo o poder de compra das pensões nos sistemas de repartição e, para cima, a idade da reforma.

Com estas realidades bio-demográficas e com tendência para se agravarem no futuro e, considerando a preferência dos trabalhadores por vidas laborais mais curtas, o financiamento das pensões públicas através do método de repartição é extremamente problemática, para não dizer sem solução. A acumulação de “dívida implícita” não deixa vislumbrar a seriedade do desafio, que não se resolverá nem com mais nascimentos ou maior produtividade, pois o

problema reside em que cada vez vivemos mais e trabalhamos durante menos anos. Qualquer solução política para este problema que não tenha por base os termos da equação entre recursos e necessidades ao longo da vida ativa de cada um, será uma solução falsa... uma fuga para a frente.

Mas nem todos serão afetados por igual. Os mais ricos têm património e meios financeiros para tratarem a sua reforma como um problema pessoal, à margem de qualquer contingência que seja comum ao resto da sociedade. Os mais pobres são os mais favorecidos por terem garantido no limite a percepção de pensões do mínimo necessário pela ação conjunta do sistema de repartição e pelos complementos mínimos.

Os mais afetados são a classe média. Esta classe, ainda está a pagar as pensões dos seus avós e dos seus pais através do sistema de repartição e são eles que sustentam, em termos absolutos, os gastos redistributivos do Orçamento Geral do Estado e, quando se reformarem, irão receber pensões que nada terão que ver com os rendimentos auferidos no presente. E são estes que mais vão empobrecer quando chegar a idade da sua reforma, comparativamente com o seu nível de rendimentos na vida ativa.

É aqui que as pensões privadas podem e devem desempenhar um papel decisivo. Seguramente, o sector segurador e dos fundos de pensões é aquele que está melhor preparado para ajudar a resolver este problema de longo prazo. A sua experiência no passado, onde a crise do sistema financeiro dos últimos anos não atingiu o setor segurador e de fundos de pensões com a mesma intensidade que o restante setor financeiro, permite dizer que este pode contribuir positivamente para a resolução de este problema.

Importa ter presente que a população começa a ter a noção de que as pensões de reforma não serão no futuro aquelas que tem sido, principalmente para aqueles em que esta era fixada em função do seu último salário e não da média da sua contribuição durante a vida ativa, para não nos referirmos aos sistemas especiais de privilegio de alguns que pouco contribuíram com descontos ou não o fizeram e se pré-reformaram ou reformaram ainda mal tinham começado a trabalhar.

Assim nesta envolvência, a subscrição de planos privados de pensões em Portugal terá certamente uma tendência crescente considerando a situação económica e financeira do país que não pode garantir o nível de gasto social que vem assegurando o sistema público, pelo que, face à diminuição das mesmas por parte do Estado, se não se quiser perder o poder de

compra que temos hoje, é preciso começar a poupar cedo sob pena de que se o fizermos tarde, teremos de suportar um custo importante, que é o de perdermos o efeito multiplicador que está por detrás do sistema de juro composto.

Com vista a incentivar o desenvolvimento deste tipo de planos os países recorrem a vários incentivos fiscais. Alguns possibilitam descontar até certo limite no rendimento tributável que favorece os cidadãos de maiores rendimentos e outros têm uma taxa fixa. Com a crise financeira e orçamental instalada no nosso país, estes incentivos têm vindo a diminuir paulatinamente, pois estes incentivos fiscais representaram um custo muito alto para as contas do Estado e os que restaram não foram suficientemente atrativos para fomentar o desenvolvimento destes produtos.

É de esperar, com o fim do memorando de entendimento e com o desejável equilíbrio das contas públicas, se possam voltar a criar condições para o desenvolvimento dos mesmos pela importância que estes têm como investidores institucionais e pela ajuda que possibilitam no complemento das pensões públicas.

José Figueiredo Almaça

Presidente do ISP – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões